Retomada de campanha em prol da PEC 32/20 acende alerta

Um manifesto recente publicado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), entidade patronal, somado a falas também recentes do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, que segue defendendo a aprovação da PEC 32/20, da reforma Administrativa de Bolsonaro-Guedes, acende novamente o alerta de entidades, centrais sindicais e sociedade civil organizada que se uniram em torno da derrota dessa proposta. Considerada por especialistas a pior peça sobre Administração Pública já encaminhada ao Congresso Nacional, a PEC 32/20 coloca não só direitos dos servidores, como os serviços públicos de qualidade e acessíveis a toda a população mais uma vez sob ataques.

A CNC, que veio a público defender a reforma Administrativa, tem histórico de defesa de outras propostas que atacam direitos da classe trabalhadora. Não foi diferente com as reformas da previdência e trabalhista, que também receberam apoio da entidade patronal. Todos são projetos que retiraram direitos da classe trabalhadora, aumentaram a precarização nos locais de trabalho, aprofundaram as desigualdades sociais e trouxeram amplos prejuízos aos trabalhadores com a redução dos valores dos benefícios do INSS, ampliação dos requisitos mínimos para solicitar a aposentadoria, entre

Em manifesto contra a PEC 32/20, a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público deixa claro que o projeto em momento nenhum "propõe que a administração pública venha passar por



efetivas reformas, com a melhora de serviços e dos quadros funcionais, fatos não identificados em nenhuma parte dos textos". A Condsef/Fenadsef e suas entidades filiadas reforçam que a proposta - apresentada por seus defensores como uma saída para destravar a economia do Brasil, reduzindo os 'gastos' do Estado com o funcionalismo público - é, na verdade, mais uma forma que o Capital encontrou para lucrar com o Estado.

O que reforça a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público quando alerta que desde o primeiro momento, a PEC 32/20 "busca a entrega de boa parte dos serviços à iniciativa privada, substituindo o serviço público gratuito pelo lucro das empresas que viessem a assumir a sua execução".

Não se pode esquecer que um dos compromissos de campanha assumidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi justamente de seu governo ser contra a PEC 32/20 que representa um verdadeiro ataque aos serviços públicos brasileiros. A busca pela retirada da PEC 32/20 da pauta de votação está,

inclusive, entre os compromissos assumidos com os servidores federais e está formalizada em cláusula.

Se para os servidores a PEC 32 é uma tragédia, para a população é muito pior. Na prática, a proposta acaba com concursos públicos e substitui servidores que ingressam pela porta da frente por contratos temporários de até 10 anos, facilitando a entrada de apadrinhados nos municípios, estados e na União, piorando a qualidade dos serviços públicos e multiplicando cabides de emprego para cabos eleitorais.

A luta para derrotar de vez essa contrarreforma Administrativa continua fundamental para a defesa dos serviços públicos, indispensável à recuperação e expansão dos programas sociais e ao desenvolvimento do povo e da nação brasileira. Seguimos na linha de frente dessa defesa, contra a PEC 32/20!

Valorizar os servidores e os serviços públicos é fortalecer o Brasil!

Fonte: Condsef

Concurso dos Correios destina 30% das vagas para negros e indígenas

O concurso nacional dos Correios destinará 30% das vagas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas. A empresa estatal informa que está na etapa final de revisão e análise dos editais, que serão publicados na próxima quarta-feira (9).

"A equidade de raça está entre as prioridades da nossa gestão, em alinhamento às diretrizes do governo do presidente Lula. Com a reserva de vagas para grupos historicamente minorizados estamos criando oportunidades para que iniciem uma carreira sólida nos Correios, uma das empresas mais admiradas do Brasil, e contribuímos para o avanço da justiça social em nosso País", afirma o presidente dos Correios, Fabiano Silva dos Santos.

Ao todo, serão oferecidas 3.099 vagas de Agente de Correi-

os (nível médio), além de 5.344 para cadastro reserva; e 369 vagas para Analista de Correios (nível superior) mais cadastro reserva de 631 postos para o cargo. Os salários iniciais serão de R\$ 2.429,26 e R\$ 6.872,48, respectivamente.

Provas

Os Correios informam ainda que a aplicação das provas 15 de dezembro, em todas as regiões do Brasil, contemplando todos os estados e o Distrito Federal, podendo abranger até 306 localidades. Os exames serão aplicados pelo Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação (IBFC).

Para os cargos de nível médio, as provas serão objetivas de caráter eliminatório e classificatório. Já para os de nível superior, serão objetivas de caráter eliminatório e

classificatório, mais prova discursiva com redação de até 30 linhas.

O cronograma detalhado com período de inscrição e conteúdo programático serão divulgados no edital.

Segurança e saúde do trabalho

Já as provas do concurso para provimento de vagas na área de medicina e segurança do trabalho serão aplicadas no dia 13 de outubro. A divulgação do resultado final está prevista para o dia 20 de novembro.

A primeira fase deste concurso será com provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório. A segunda fase é de comprovação de requisitos, análise de perfil profissional e realização de exames médicos admissionais.

Fonte: CUT

Inscrições para o Mestrado em Educação e Práticas Educativas na UFMA Imperatriz

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA), por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE), publicou o edital de seleção para a turma de 2025. As inscrições voltadas para o curso de Mestrado Profissional estão abertas de 24 de setembro a 18 de outubro de 2024 e devem ser feitas exclusivamente pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). Todos os detalhes do

processo seletivo podem ser consultados no Edital PPGEPE nº 01/2024, disponível no site do programa.

O curso funciona em Imperatriz e oferece 27 vagas distribuídas em duas linhas de pesquisa, Linguagens, Práticas Pedagógicas e Tecnologias na Educação e Pluriculturalidade, Interculturalidade e Práticas Educativas Interdisciplinares. Tem por objetivo capacitar profissionais da educação por meio de investigações que abordem

temas contemporâneos relacionados à formação docente, práticas pedagógicas, tecnologias educacionais, interculturalidade e pluriculturalidade. As vagas estão divididas entre ampla concorrência, ações afirmativas (negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, trans e pessoas em situação de baixa renda) e servidores da UFMA.

Mais informações no site da UFMA - portalpadrao.ufma.br

Fonte: UFMA

